



ZAP DO SINDICATO  
11 97407-3791

# Tribuna

## Metalúrgica



Nº 4534 • QUARTA-FEIRA • 4 DE MARÇO DE 2020 • SMABC.ORG.BR

FOTO: DIVULGAÇÃO



# TRUCULÊNCIA

NA BASE DA PORRADA, REFORMA DA  
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES É APROVADA



FOTOS: DIVULGAÇÃO

FOTOS: DIVULGAÇÃO

## METALÚRGICOS DO ABC DEBATEM OS IMPACTOS DO TRATADO ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA

Os diretores executivos do Sindicato, Wellington Messias Damasceno e Carlos Caramelo, estiveram em reuniões na segunda-feira, dia 2, em Brasília, para debater os impactos que o tratado de livre comércio entre Mercosul e União Europeia terão para os trabalhadores na indústria e no campo.

O encontro organizado pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos com a Seção de Comércio da União Europeia no Brasil, discutiu a falta de participação da sociedade civil brasileira no tratado comercial e a falta de transparência do governo brasileiro.

“Temos denunciado que tanto o governo Temer quanto o governo Bolsonaro precipitaram-se nas negociações e omitiram o conteúdo do

tratado. Alertamos que este acordo coloca em risco os diversos ramos de atividade econômica do país e, principalmente, deixamos claro os perigos da abertura irrestrita do comércio com a União Europeia para a nossa já fragilizada indústria”, afirmou Wellington.

O dirigente destacou que a reforma Trabalhista e a ambição do governo têm gerado ainda mais precarização das condições de trabalho.

“O governo está incentivando as empresas a jogarem a conta da competitividade nas costas dos trabalhadores. Ao invés de investirem em melhorias nos processos produtivos, apelam para a retirada de direitos e aumento da exploração. É dessa forma que querem ser competitivos com as empresas europeias”, prosseguiu.

Participaram representantes da Via Campesina e do MST, que denunciaram a ofensiva do agronegócio brasileiro, as incoerências em relação aos agrotóxicos proibidos na Europa e liberados no Brasil e ao desmatamento e invasão de territórios indígenas e quilombolas para aumentar a área de pastagem de gado.

“A reunião teve como objetivo apontar para as violações dos direitos dos trabalhadores, no campo e na cidade, cometidas pelo governo e alertar a União Europeia sobre estas situações”, contou Caramelo.

“A partir desse debate, propomos uma agenda de trabalho para que possamos ser informados dos termos do tratado e denunciar as divergências entre o que está

estabelecido e o que acontece na prática para que a União Europeia possa cobrar providências do governo brasileiro”, destacou o dirigente, que também integra o Condepe (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana).

### NO SENADO

Em reunião com a assessoria do PT no Senado, com a participação do senador Rogério Carvalho, líder do partido na Casa, os diretores trataram de temas que preocupam o Sindicato, entre eles a desindustrialização, a falta de ação dos governos, o desenvolvimento econômico e economia solidária.

“Também iniciamos uma discussão sobre veículos elétricos e a importância da cooperação entre o Congresso e o Sindicato neste tema”, afirmou Wellington.

### NOTAS E RECADOS



Na luta por direitos

Professoras da rede pública de BH estão em greve desde o último dia 27 para reivindicar o pagamento do piso salarial nacional do magistério público.



Pesquisadoras brasileiras

Duas cientistas brasileiras da USP tiveram papel essencial no sequenciamento do coronavírus, o que ajudará a desenvolver vacinas e testes diagnósticos.



Morte de bebês indígenas 1

Após atingir níveis historicamente baixos durante a execução do Programa Mais Médicos, a mortalidade de bebês indígenas voltou a subir em 2019.



Morte de bebês indígenas 2

Segundo o Ministério da Saúde, entre janeiro e setembro de 2019 morreram 530 bebês indígenas, alta de 12% em relação ao mesmo período de 2018.

#8M  
RESISTÊNCIA TEM NOME DE MULHER

No sábado, dia 7, a partir das 15h, será realizada a atividade cultural do mês das mulheres, com música, percussão, saraus, brincadeiras, artesanatos e produtos orgânicos. Praça Lauro Michels, Centro, Diadema.

No domingo, 8, as mulheres vão se encontrar a partir das 14h no Parque Mário Covas, próximo ao Masp, seguem em caminhada até a Av. Paulista e terminarão o ato na Praça Roosevelt.

### PLENÁRIA AS BRASIL

Os trabalhadores na AS Brasil, em São Bernardo, estão convocados para plenária na sexta-feira, dia 6, às 16h30, no 3º andar do Sindicato. Na pauta, assuntos internos.

CONFIRA SEUS DIREITOS

**RESPEITO À DIGNIDADE DO TRABALHADOR**

COMENTE ESTE ARTIGO. ENVIE UM E-MAIL PARA JURIDICO@SMABC.ORG.BR DEPARTAMENTO JURIDICO

A Constituição brasileira assegura o princípio da dignidade da pessoa humana e, para aqueles que o descumprem, resta a condenação em indenização por danos morais. Ainda assim, nos dias de hoje, existem empresas que não respeitam este princípio básico de convivência respeitosa e civilizada no ambiente de trabalho.

Por esta razão, a Justiça do Trabalho tem reiteradamente condenado empresas a pagar a trabalhadores indenizações por dano moral, em valores que variam de acordo com a gravidade dos abusos cometidos.

Por vezes, o trabalhador é vítima de xingamentos por parte do próprio empregador e dos chefes, a causar constrangimentos e humilhações

no ambiente de trabalho. Ademais, o desrespeito e as ofensas ocorrem diante dos demais empregados e clientes, o que é ainda mais grave.

A reiteração das ofensas ao trabalhador poderá caracterizar também o chamado assédio moral, pela violação à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem do trabalhador, sendo-lhe assegurado o direito

à indenização pelo dano decorrente de sua violação.

É lamentável que isto ainda aconteça em pleno Século XXI, mas felizmente o trabalhador dispõe de meios para reparar minimamente a lesão a seus direitos.

Diante dos abusos, procure seu sindicato. Sindicalize-se. Torne seu sindicato cada vez mais forte e representativo.



Por 59 votos a favor e 32 contra, o texto da PEC 18 que retira direitos dos servidores de São Paulo foi aprovado na Alesp. Durante a sessão, manifestantes foram agredidos pela tropa de choque comandada por Doria

Com tiros de balas de borracha, bombas de gás, spray de pimenta e cassetetes, a Tropa de Choque da Polícia Militar, comandada pelo governador João Doria (PSDB) tentou impedir os servidores públicos do estado de São Paulo, na maioria professores, de entrar ontem no plenário da Câmara para acompanhar a sessão da Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) durante a votação da reforma da Previdência da categoria. O texto base da proposta que retira direitos foi aprovado em segundo turno com 59 votos a favor, dois a mais que os 57 necessários para a aprovação, e 32 contra.

Em luta contra a proposta, os trabalhadores ocuparam o entorno e as galerias da Alesp na manhã de ontem. A mobilização estava prevista para a parte da tarde, mas uma manobra do presidente da casa, o deputado Cauê Macris (PSDB), chamando uma plenária para às 9h, afim de tentar desmobilizar os manifestantes, fez com que os trabalhadores chegassem mais cedo, atendendo a um chamado de urgência dos sindicatos, da CUT e de outras centrais.

“O que ocorreu demonstra a verdadeira truculência do presidente da casa. Não precisava por a Tropa de Choque, é um desrespeito com a polícia da Alesp que sabe lidar com esse tipo de situação. O deputado Cauê Macris trouxe a Tropa de Choque porque precisava aprovar essa reforma nem que fosse à base da porrada. Todo nosso repúdio a esse ditador”, criticou o deputado pelo PT, Teonílio Barba.

“Foi uma absoluta vergonha o que ocorreu. A informação que tenho é que é a primeira vez que a Tropa de Choque entra na Assembleia Legislativa. Nós metalúrgicos estávamos presentes dando todo apoio à luta dos servidores, os manifestantes lotaram o plenário apesar da manobra do Macris, mas infelizmente a reforma foi aprovada. Uma vergonha!”, afirmou o secretário-geral da CUT São Paulo, João Cayres.

## A REFORMA

As alterações propostas por Doria são consideradas pelos servidores estaduais um projeto mais cruel para o funcionalismo que o texto aprovado no Congresso Nacional.

A PEC 18 aumenta o tempo de serviço e o valor da contribuição, reduz os benefícios pagos a aposentados e pensionistas, e praticamente elimina o adicional pago aos aposentados que continuarem trabalhando. A proposta também altera os salários dos servidores de “vencimentos” para “subsídios”, o que elimina qualquer benefício ou adicional que eles tenham direito a receber.

Na regra atual, são necessários 60 anos para homens e 55 anos para mulheres, com 35 anos e 30 anos de contribuição, respectivamente, para se aposentarem. Com a reforma, a idade mínima exigida será de 65 anos para homens e de 62 para mulheres, com tempo mínimo de contribuição de 25 anos, sendo 10 no serviço público e 5 no mesmo cargo em que irá se aposentar. Para obter a aposentadoria integral, portanto, seriam necessários 40 anos de trabalho.

# SINDICATO FORTE

## #TAMOJUNTO

Conheça as chapas para os CSEs (Comitês Sindicais de Empresas).

O 1º turno da eleição será nos dias 17 e 18 de março.



David, Nigéria e Eder



Bomba



Sostenes



Pastor e Aurélio



Nildo



Cabelo Jr.



Geraldinho, Maria Zélia e Miro



Valdir



Paulo Eduardo